

Juris Nona

INFORMATIVOS DE PRECEDENTES E JURISPRUDÊNCIA



PRECEDENTES QUALIFICADOS

RETROSPECTIVA 2023

Principais decisões do STF, STJ, TST e TRT9





FALCÃO

Busca por Jurisprudência

- STF REPERCUSSÃO GERAL
- STF ADI, ADC ADPF
- STJ
- TST IRR
- TRT9 IAC
- TRT9 IRDR
- TRT9 ArgINC



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

Repercussão Geral - Tema 1046

[ACESSAR TEMA](#)

TESE FIRMADA

"São constitucionais os acordos e as convenções coletivos que, ao considerarem a adequação setorial negociada, pactuam limitações ou afastamentos de direitos trabalhistas, independentemente da explicitação especificada de vantagens compensatórias, desde que respeitados os direitos absolutamente indisponíveis".



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TESE FIRMADA

"É legítima a incidência de contribuição social sobre o valor satisfeito a título de terço constitucional de férias".

Repercussão Geral - Tema 985

[ACESSAR TEMA](#)



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

Repercussão Geral - Tema 935

[ACESSAR TEMA](#)

TESE FIRMADA

É constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição.

Obs.: alterada em 2023, por meio de ED com efeitos infringentes, a tese fixada em 2017. ED acolhidos com efeitos infringentes em 12/9/2023. Ata de julgamento publicada 19/9/2023



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

Repercussão Geral - Tema 725

[ACESSAR TEMA](#)

TESE FIRMADA

É lícita a terceirização ou qualquer outra forma de divisão do trabalho entre pessoas jurídicas distintas, independentemente do objeto social das empresas envolvidas, mantida a responsabilidade subsidiária da empresa contratante.

MODULAÇÃO

EDs providos em parte e publicados em 24/8/2022: "O Tribunal, por maioria, deu parcial provimento aos embargos, exclusivamente com o fim de, modulando os efeitos do julgamento, assentar a aplicabilidade dos efeitos da tese jurídica fixada apenas aos processos que ainda estavam em curso na data da conclusão do julgado (30/08/2018), restando obstado o ajuizamento de ações rescisórias contra decisões transitadas em julgado antes da mencionada data que tenham a Súmula 331 do TST por fundamento, mantidos todos os demais termos do acórdão embargado (...)".

EDs providos, em parte, em 29/11/2023: "O Tribunal, por unanimidade, acolheu parcialmente os embargos de declaração para o fim de esclarecer que os valores que tenham sido recebidos de boa-fé pelos trabalhadores não deverão ser restituídos, ficando prejudicada a discussão relativamente à possibilidade de ajuizamento de ação rescisória, tendo em vista já haver transcorrido o prazo para propositura, cujo termo inicial foi o trânsito em julgado da ADPF 324"



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

Repercussão Geral

- Tema 542

[ACESSAR TEMA](#)

TESE FIRMADA

"A trabalhadora gestante tem direito ao gozo de licença-maternidade e à estabilidade provisória, independentemente do regime jurídico aplicável, se contratual ou administrativo, ainda que ocupe cargo em comissão ou seja contratada por tempo determinado".



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

STF ADPF - 381

[ACESSAR ADPF](#)

Validade de norma coletiva que restrinja ou limite direitos trabalhistas não constitucionalmente previstos, inclusive os que versam sobre a aplicação do art. 62, I, da CLT aos motoristas profissionais externos do setor de transporte de cargas.

DECISÃO: "O Tribunal, por maioria, conheceu da arguição de descumprimento de preceito fundamental, (...) Por maioria, julgou improcedente o pedido (...)"



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

STF ADI - 5941

[ACESSAR ADI](#)

Artigos 139, IV; 297, caput; 380, parágrafo único; 403, parágrafo único, 536, caput e § 1º; e 773 da Lei federal 13.105/2015 (Código de Processo Civil).

Pedido de declaração de inconstitucionalidade, sem redução de texto, para afastar, em qualquer hipótese, a possibilidade de imposição judicial de medidas coercitivas, indutivas ou sub-rogatórias consistentes em suspensão do direito de dirigir, apreensão de passaporte e proibição de participação em concursos públicos ou em licitações. Improcedente.

DECISÃO: "O Tribunal(...) julgou improcedente o pedido."



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

STF ADI - 5994

[ACESSAR ADI](#)

Expressão "acordo individual escrito" contida no caput do art. 59-A da CLT e da integralidade do seu parágrafo único, ambos introduzidos pela Lei 13.467/2017.

DECISÃO: "O Tribunal, por maioria, julgou improcedente a ação."



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

STF ADI - 6050

[ACESSAR ADI](#)

Incisos I, II, III e IV do § 1º do art. 223-G da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei n. 5.452/1943), com a redação que lhe foi dada pelo art. 1º da Lei n. 13.467, de 13/7/2017.

DECISÃO: "O Tribunal, por maioria, conheceu das ADI 6.050, 6.069 e 6.082 e julgou parcialmente procedentes os pedidos para conferir interpretação conforme a Constituição, de modo a estabelecer que: 1) As redações conferidas aos art. 223-A e 223-B, da CLT, não excluem o direito à reparação por dano moral indireto ou dano em ricochete no âmbito das relações de trabalho, a ser apreciado nos termos da legislação civil; 2) Os critérios de quantificação de reparação por dano extrapatrimonial previstos no art. 223-G, caput e § 1º, da CLT deverão ser observados pelo julgador como critérios orientativos de fundamentação da decisão judicial. É constitucional, porém, o arbitramento judicial do dano em valores superiores aos limites máximos dispostos nos incisos I a IV do § 1º do art. 223-G, quando consideradas as circunstâncias do caso concreto e os princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e da igualdade. (...)."



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

STF ADI - 5322

[ACESSAR ADI](#)

Lei Federal nº 13.103/15 (Lei do Motorista)

DECISÃO: "O Tribunal conheceu parcialmente da ação direta e, nessa extensão, julgou parcialmente procedente o pedido, declarando inconstitucionais: (a) por maioria, a expressão “sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período”, prevista na parte final do § 3º do art. 235-C,(...); (b) por maioria, a expressão “não sendo computadas como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias”, prevista na parte final do § 8º do art. 235-C (...); (c) por unanimidade, a expressão “e o tempo de espera”, disposta na parte final do § 1º do art. 235-C, por arrastamento; (d) por unanimidade, o § 9º do art. 235-C da CLT, sem efeito repristinatório; (e) por maioria, a expressão “as quais não serão consideradas como parte da jornada de trabalho, ficando garantido, porém, o gozo do descanso de 8 (oito) horas ininterruptas aludido no § 3º” do § 12 do art. 235-C,(...); (f) por maioria, a expressão “usufruído no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou ao seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso”, constante do caput do art. 235-D, (...); (g) por unanimidade, o § 1º do art. 235-D; (h) por unanimidade, o § 2º do art. 235-D; (i) por unanimidade, o § 5º do art. 235-D; (j) por unanimidade, o inciso III do art. 235-E, todos da CLT, com a redação dada pelo art. 6º da Lei 13.103/2015; e (k) por maioria, a expressão “que podem ser fracionadas, usufruídas no veículo e coincidir com os intervalos mencionados no § 1º, observadas no primeiro período 8 (oito) horas ininterruptas de descanso”, na forma como prevista no § 3º do art. 67-C do CTB, com redação dada pelo art. 7º da Lei 13.103/2015, (...)"



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

STF ADI- 6188

[ACESSAR ADI](#)

Alínea "f" do inciso I e dos §§ 3º e 4º, todos do art. 702 da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017

DECISÃO: "O Tribunal, por maioria, julgou procedente a ação ajuizada pela Procuradoria-Geral da República, para declarar a inconstitucionalidade do art. 702, I, f, § 3º e § 4º da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei 5.452/1943), na redação que lhe deu a Lei 13.467/2017 (...)".



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

STJ TEMA REPETITIVO - 1059

[ACESSAR TEMA](#)

(Im)possibilidade da majoração, em grau recursal, da verba honorária estabelecida na instância recorrida, quando o recurso for provido total ou parcialmente, ainda que em relação apenas aos consectários da condenação. REsp n. 1.865553 / PR (Número único: 5000447-74.2017.4.04.7010)

TESE FIRMADA: "A majoração dos honorários de sucumbência prevista no art. 85, § 11, do CPC pressupõe que o recurso tenha sido integralmente desprovido ou não conhecido pelo tribunal, monocraticamente ou pelo órgão colegiado competente. Não se aplica o art. 85, § 11, do CPC em caso de provimento total ou parcial do recurso, ainda que mínima a alteração do resultado do julgamento e limitada a consectários da condenação."



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TST IRR TEMA 11

[ACESSAR TEMA](#)

Validade da dispensa do empregado em face de conteúdo de norma interna da empresa WMS, que previu no programa denominado 'Política de Orientação para Melhoria' procedimentos específicos que deveriam ser seguidos antes da dispensa de seus trabalhadores

DECISÃO: Negado provimento ao recurso extraordinário com agravo

Tese firmada em 2022: "1) A Política de Orientação para Melhoria, com vigência de 16/08/2006 a 28/06/2012, instituída pela empresa por regulamento interno, é aplicável a toda e qualquer dispensa, com ou sem justa causa, e a todos os empregados, independente do nível hierárquico, inclusive os que laboram em período de experiência, e os procedimentos prévios para a sua dispensa variam a depender da causa justificadora da deflagração do respectivo Processo, tal como previsto em suas cláusulas, sendo que a prova da ocorrência do motivo determinante ensejador da ruptura contratual e do integral cumprimento dessa norma interna, em caso de controvérsia, constituem ônus da empregadora, nos termos dos artigos 818, inciso II, da CLT e 373, inciso II, do CPC; 2) Os procedimentos previstos na norma regulamentar com vigência de 16/08/2006 a 28/06/2012 devem ser cumpridos em todas as hipóteses de dispensa com ou sem justa causa e apenas em casos excepcionais (de prática de conduta não abrangida por aquelas arroladas (...))"



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TST IRR - TEMA 9

[ACESSAR TEMA](#)

INCIDENTE DE RECURSO REPETITIVO. TEMA Nº 9. ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL 394 DA SBDI-1 DO TST. REPOUSO SEMANAL REMUNERADO. INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS. REPERCUSSÃO NAS PARCELAS CALCULADAS COM BASE NO SALÁRIO. INCIDÊNCIA SOBRE FÉRIAS, DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, AVISO PRÉVIO E DEPÓSITOS DO FGTS. BIS IN IDEM. NÃO OCORRÊNCIA. 1. A majoração do valor do repouso semanal remunerado, decorrente da integração das horas extras habituais, deve repercutir no cálculo, efetuado pelo empregador, das demais parcelas que têm como base de cálculo o salário, não se cogitando de bis in idem por sua incidência no cálculo das férias, da gratificação natalina, do aviso prévio e do FGTS.

2. O item 1 será aplicado às horas extras trabalhadas a partir de 20.03.2023.



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TST TEMA 20 IRR

[ACESSAR TEMA](#)

Em razão da fixação dos Temas Repetitivos nos 955 e 1.021 pelo STJ, que remetem à Justiça do Trabalho o exame da pretensão de indenização das perdas decorrentes da impossibilidade de incluir, no benefício de complementação de aposentadoria, parcelas de natureza salarial não reconhecidas como tal pelo empregador ou, então, não quitadas oportunamente, quais seriam o marco inicial e prazo prescricional aplicáveis?

Suspensão, apenas para processos da 2ª instância.



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TRT9 - IAC Tema 14

[ACESSAR TEMA](#)

Revisão, pelo Tribunal Pleno, da Súmula 87 desta Corte em razão do seu aparente conflito com a jurisprudência atual do colendo Tribunal Superior do Trabalho.

Não admitido em 26/06/2023:

INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA - JUÍZO PRÉVIO DE ADMISSIBILIDADE - REVISÃO DA SÚMULA 87 DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 9ª REGIÃO - ARGUIÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 702, I, "f", E § 3º E 4º, DA CLT - NÃO CONHECIMENTO - INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA - NÃO ADMISSÃO. Ainda que o incidente de assunção de competência tenha sido suscitado pelo órgão fracionário na intenção de que o Tribunal Pleno revise a Súmula 87 do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, não se reputa necessária a arguição da inconstitucionalidade do artigo 702, inciso I, alínea "f", e parágrafos 3º e 4º, da CLT, que estabelecem requisitos a serem observados no procedimento de alteração de súmulas e outros enunciados de jurisprudência uniforme dos tribunais trabalhistas, porque:



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TRT9 - IAC Tema 14

[ACESSAR TEMA](#)

a) o IAC não seria meio processual adequado para eventual declaração incidental da inconstitucionalidade de dispositivos legais; b) as normas inquinadas não se relacionariam diretamente com a causa que determinou a suscitação do IAC; c) o IAC teria rito próprio, distinto do procedimento de revisão de súmula; d) a edição de súmulas regionais não seria regida pela CLT, mas pelo CPC; e) a inconstitucionalidade, no que se refere ao artigo 702, inciso I, alínea "f", e parágrafo 3º, da CLT, já foi declarada pelo Tribunal Pleno do colendo TST (ArgInc 696-25.2012.5.05.0463). Arguição de inconstitucionalidade de que não se conhece. O incidente de assunção de competência não reúne condições para prosseguimento porque: a) os pressupostos abordados no feito não justificariam o cancelamento ou a alteração da súmula; b) o IAC não se prestaria à revisão de súmulas; c) o presente IAC não trataria de questão de relevante interesse público; d) não estariam presentes requisitos objetivos para a superação da súmula; e) a falta de previsão no Regimento Interno deste Tribunal Regional do Trabalho para o procedimento de revisão de súmula afastaria a possibilidade de que essa revisão seja promovida no contexto do presente IAC; f) o parágrafo 4º do artigo 702 da CLT, cuja inconstitucionalidade não foi declarada pelo colendo TST, encerraria obstáculo à revisão da súmula. Incidente de assunção de competência que não se admite.



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TRT9 - IRDR 15

[ACESSAR IRDR](#)

Natureza da relação contratual durante o curso de formação para guarda civil do Município de Ponta Grossa à luz do Edital nº 003/2014.

Tese firmada em 30/10/2023:

MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA. EDITAL 003/2014. CONCURSO PARA GUARDA MUNICIPAL. VÍNCULO DE EMPREGO RECONHECIDO DESDE O CURSO DE FORMAÇÃO. Em que pese constar do Edital o "curso de formação" como 6ª fase do certame, há que se interpretar o lapso temporal a ele destinado à luz do princípio da primazia da realidade, das previsões dos artigos 2º e 3º da CLT, bem como das dicções das próprias Leis Municipais e da Lei Federal 13.022/2014 - que dispõe sobre o Estatuto Geral das Guardas Municipais -, a fim de reconhecer a existência de vínculo de emprego já a partir do ingresso no "curso de formação".



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TRT9 - IRDR 16

[ACESSAR TEMA](#)

Se é possível a concessão dos benefícios da justiça gratuita, em demanda ajuizada após a vigência da Lei nº 13.467/2017, ao empregado que comprove a hipossuficiência econômica por meio de declaração firmada por pessoa natural ou por seu procurador regularmente constituído.

Não admitido em 28/08/2023:

INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR). RECURSO AFETADO AO TRIBUNAL PLENO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO PARA DEFINIÇÃO DE TESE SOBRE A MESMA QUESTÃO. INADMISSIBILIDADE. Constatado que a mesma matéria objeto deste Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas consta de recurso já afetado ao Tribunal Pleno do Tribunal Superior do Trabalho, em Incidente de Recursos Repetitivos, para definição de tese sobre a mesma questão, a inadmissibilidade do IRDR é medida que se impõe, nos termos do art. 976, § 4º, do CPC e do art. 102, inc. II, do Regimento Interno do TRT da 9ª Região.



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TRT9 - IRDR 17

[ACESSAR TEMA](#)

Se a base de cálculo dos honorários de sucumbência devidos pela parte autora aos procuradores da parte passiva, nas ações ajuizadas a partir da Lei nº 13.467/2017, compreende os pedidos julgados improcedentes ou também deve abranger os parcialmente improcedentes.

Admitido em 24/04/2023:

INSTAURAÇÃO DO INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS (IRDR). CABIMENTO. BASE DE CÁLCULO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS PELA PARTE AUTORA TRABALHADORA EM AÇÃO INDIVIDUAL TRABALHISTA, EM FAVOR DO ADVOGADO DO RÉU EMPREGADOR. MATÉRIA EXCLUSIVAMENTE DE DIREITO. COMPROVADA REPETIÇÃO DE PROCESSOS. RISCO DE OFENSA À ISONOMIA E À SEGURANÇA JURÍDICA. Configurada a repetição de processos que trata de questão meramente de direito, cuja interpretação tem sido dada de diversas formas pelas Turmas deste E. Tribunal do Trabalho do Paraná, bem como o risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica, têm-se presentes os pressupostos legais de admissibilidade do IRDR, visto que medida apropriada para a pacificação das divergências de julgamento em relação ao tema. Admitido o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas.



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TRT9 ArgInc Tema 8

[ACESSAR TEMA](#)

TRT9.ARGINC. Inconstitucionalidade do § 3º do art. 235-C da CLT - Que faculta, no caso do motorista, o fracionamento e a coincidência do intervalo de 11h a cada 24h de trabalho, com as condicionantes que prevê.

Não admitido em 27/11/2023

INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. PARÁGRAFO 3º DO ARTIGO 235-C DA CLT. ACOLHIMENTO DA ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELA TURMA E REMESSA AO PLENÁRIO DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. POSTERIOR DECLARAÇÃO DA INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO LEGAL PELO PLENÁRIO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL EM AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PERDA DO INTERESSE PROCESSUAL. NÃO ADMISSÃO DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. Depois que a Turma acolheu a arguição de inconstitucionalidade do parágrafo 3º do artigo 235-C da CLT e encaminhou essa questão jurídica à deliberação do Tribunal Pleno deste Tribunal Regional do Trabalho, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, no exercício do controle principal e abstrato da constitucionalidade do mesmo parágrafo 3º do artigo 235-C da CLT, declarou a inconstitucionalidade da parte final daquele dispositivo legal na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5322. (...)



JUSTIÇA DO TRABALHO

TRT da 9ª Região (PR)

TRT9 ArgInc Tema 8

[ACESSAR TEMA](#)

(...) Uma vez que as decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal nas ações diretas de inconstitucionalidade, produzem eficácia contra todos e efeito vinculante, relativamente aos demais órgãos do Poder Judiciário (parágrafo 2º do artigo 102 da Constituição Federal), não mais subsiste a necessidade e utilidade do pronunciamento do Tribunal Pleno a respeito da questão constitucional, como se infere do disposto no parágrafo único do artigo 949 do CPC e do parágrafo 1º do artigo 137 do Regimento Interno deste Tribunal Regional do Trabalho. Incidente de arguição de inconstitucionalidade que não se admite em razão da perda superveniente do interesse processual.

